

PRIMEIRA LINHA **FLORESTA 2030****ANTÓNIO GONÇALVES FERREIRA** PRESIDENTE DA UNIÃO DA FLORESTA MEDITERRÂNICA**“Floresta não consegue concorrer”
com a alternativa das centrais solares****Ainda que a instalação de centrais fotovoltaicas não seja o maior problema da floresta nacional, preocupada com a expansão da área de produção, o líder da UNAC admite que esse uso alternativo está noutra patamar de competitividade.****MARIA JOÃO BABO**
mbabo@negocios.pt

O presidente da União da Floresta Mediterrânica (UNAC), entidade promotora do Compromisso Floresta 2030, salienta a necessidade de aumentar a matéria-prima para a globalidade das indústrias de base florestal e resolver os estrangulamentos ao reforço da produção.

O Compromisso Floresta 2030 é um assumir do setor que tem de se juntar e que não conta com o Estado?

O Compromisso Floresta 2030 é um assumir que o setor florestal só tem a ganhar em se juntar em assuntos estratégicos e transversais, sobre os quais tem uma opinião muito convergente. O Estado é um elemento fundamental nesta equação e em soluções para uma floresta com futuro e obviamente que contamos com a sua ação de legislador, facilitador e fiscalizador aos diversos níveis.

Que estrangulamentos tem hoje a floresta para a indústria de base florestal? E que caminho está essa indústria a percorrer para continuar competitiva?

Analisando as contas do setor verificamos que as importações de matéria-prima têm uma dimensão crescente o que demonstra que a produção florestal de base nacional é insuficiente para as necessidades atuais da indústria portuguesa. No inquérito que realizámos e cujos resultados divulgámos na conferência em Coimbra, a necessidade de mais matéria-prima de

base foi identificada pela globalidade das indústrias como um dos maiores estrangulamentos para um futuro diferente.

Voltar-se para Espanha é uma opção cada vez maior do setor?

Na ausência de resposta a nível nacional, Espanha será sempre uma das primeiras opções. Mas uma solução mais consistente deve passar por resolver os estrangulamentos ao reforço da produção em Portugal, que se acentuaram exponencialmente desde 2016. Temos condições excelentes para os povoamentos das nossas três principais fileiras e podemos acrescentar à garantia de matéria-prima a captação dos benefícios ambientais e sociais que lhe estão associados. Espanha não deve ser uma opção, mas vai ser cada vez mais um refúgio seguro enquanto teirmos em não encontrar o nosso caminho.

Como avalia a possibilidade que o Estado pôs em cima da mesa de fazer uso do mecanismo de arrendamento forçado no caso dos proprietários agrícolas e florestais que não colaborem ou de propriedades sem gestão ou inadaptadas ao risco de incêndio? Considera esta hipótese como solução para o abandono de terras?

O arrendamento forçado é uma ferramenta contranatura e que será sempre mal acolhida no terreno. Em situações limite pode ser uma necessidade, mas se for criado um quadro interessante de gestão ativa e mecanismos de compensação adequados para quem terá necessariamente que assegurar as soluções de defesa da floresta ou proteger os valores de conservação, a sua necessidade será reduzida. Temos que ser inovadores nos processos, olhar para os erros e vitórias do passado e construir o futuro com base

“O arrendamento forçado é uma ferramenta contranatura e que será sempre mal acolhida no terreno.”

“Espanha não deve ser uma opção, mas vai ser cada vez mais um refúgio seguro enquanto teirmos em não encontrar o nosso caminho.”

no que é a realidade de hoje: um território mais despovoado, mais envelhecido e com uma estrutura fundiária, em grande parte do país, incompatível com ganhos de escala e soluções empresariais individuais.

De que forma há riscos de a floresta ser ainda mais prejudicada por opção dos proprietários darem outro uso à sua floresta, designadamente em projetos ligados à área da energia?

A propriedade, sendo maioritariamente privada, responde a estímulos económicos. A instalação de centrais de produção fotovoltaica é um uso alternativo de um patamar de competitividade com o qual a floresta não consegue concorrer, porém a sua expressão no território será sempre residual. Este está longe de ser o maior problema da nossa floresta quando são inúmeros os estrangulamentos à vontade manifestada pelos produtores florestais em todo o território

em expandir as suas áreas de produção.

O que representa hoje a floresta para o PIB, exportações e emprego em Portugal?

O volume de negócios da floresta representa cerca de 5% do PIB. De acordo com as contas económicas da silvicultura (INE, 2021) esta atividade apresentava em 2019, uma diminuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) tanto em volume como em valor (de 6,5% e de 4,2%, respetivamente), tendo o peso relativo do VAB da silvicultura na economia nacional decrescido para 0,4% (o mais baixo desde 2009). Em termos nominais, a produção diminuiu 3,7%, tendo as evoluções dos valores da produção da cortiça (queda de 17,4%) e dos serviços silvícolas (menos 4,7%) sido determinantes para esse resultado. O decréscimo da produção em volume (de 5,3%) resultou de evoluções negativas da generalidade dos

produtos, à exceção da madeira para energia que apresentou um aumento expressivo (mais 12,6%). Em 2020, o saldo da balança comercial dos produtos de origem florestal registou um excedente de 2,3 mil milhões de euros, menor que o observado em 2019 (2,6 mil milhões). Os produtos à base de cortiça constituíram o grupo com maior destaque, com um excedente comercial de 892 milhões em 2020. As exportações de materiais e produtos industriais de origem florestal mantiveram em 2020 o peso relativo de 8,6% na exportação total de bens.

O que pretendem que representem esses indicadores em 2030?

As projeções são de crescimento em todos os setores: cortiça, pasta, papel e cartão e madeira. Estes objetivos de crescimento são reforçados pela opção europeia por uma economia circular de base natural, ambientalmente sustentável e alinhada com os objetivos climáticos, de que os produtos de base florestal são o exemplo mais concreto.

Há exemplos de outros países que Portugal devia seguir?

Há muitos exemplos externos que podemos utilizar, devidamente adaptados às nossas várias realidades. A nossa floresta e o nosso território precisam de soluções diferenciadas e os bons exemplos externos podem não ser diretamente aplicáveis. Como propostas a concretizar, temos o reforço da fiscalidade verde, das contas poupança e dos contratos programa, nomeadamente. Sabemos onde estão os problemas, mas temos que nos focar nas soluções, para passo a passo construirmos a floresta do futuro com alicerces sólidos. ■



“Floresta tem de ser reconhecida no Plano Estratégico da PAC”

São 25 as organizações, entidades e empresas que se uniram este ano num apelo à mobilização da sociedade para uma floresta portuguesa com futuro, entre as quais a União da Floresta Mediterrânica (UNAC), o WWF Portugal, o Instituto Superior de Agronomia, as Ordens dos Engenheiros e dos Biólogos, a Universidade de Évora, a Altri, Corticeira Amorim, DS Smith ou The Navigator Company.

António Gonçalves Ferreira, presidente da UNAC, promotora do Compromisso Floresta 2030, salienta as 10 prioridades definidas, onde se incluem a implementação de estratégias de longo prazo visan-

do o aumento da produção e a garantia do abastecimento de base nacional, a criação de um programa robusto de apoio ao investimento florestal, a promoção progressiva de mecanismos de remuneração de serviços de ecossistema ou a introdução de novas medidas de fiscalidade verde.

Ao Negócios, o responsável explicou que a cada uma das prioridades “associámos uma medida concreta e algumas estão já em implementação e deverão ser reforçadas”. As prioridades são públicas desde maio, mas as medidas “serão entregues em primeira mão” ao ministro do Ambiente, que “se dispo-

nibilizou para receber os representantes desta iniciativa, o que ainda esperamos que se concretize”, diz.

Há medidas, acrescentou, que “dependem em muito da ação do Estado, mas devem ser pensadas, estruturadas e implementadas auscultando e internalizando as preocupações do setor florestal, preocupações essas que decorrem maioritariamente da constatação no terreno da ineficácia de muitas das opções que o Estado disponibiliza, resultado de uma aproximação ‘top-down’ que recorrentemente encalha nos mesmos problemas”.

Apesar de não querer revelar o

que será entregue a Duarte Cordeiro, o presidente da UNAC destaca “duas ações particularmente fáceis de concretizar”, como o “reconhecimento da verdadeira dimensão da floresta no PEPAC (Plano Estratégico da PAC), dotando as medidas florestais de um orçamento adequado e à dimensão e importância do setor” e a “revitalização dos cursos de engenharia florestal e dos recursos naturais”.

Já Francisco Gomes da Silva, diretor-geral da Celpa - Associação da Indústria Papeleira, também subscritora do Compromisso, acredita que esta plataforma “permitirá garantir que os agentes da flores-

ta passarão a ter uma voz mais forte na definição do futuro” deste ativo. “A dimensão económica da floresta não pode continuar a ser negligenciada”, afirmou, considerando “evidente a preocupação com a ausência de políticas públicas ativas centradas na melhoria dos padrões de gestão da floresta existente em Portugal”. É que, diz, “só uma gestão mais eficiente e de maior abrangência poderá impulsionar os níveis de produtividade da floresta, a redução do risco e perigosidade dos incêndios e a produção dos diversos serviços dos ecossistemas que todas as florestas bem geridas produzem”. ■